

Anderson Schreiber

Manual de Direito Civil

Contemporâneo

2ª tiragem

2018

saraiva *jur*

ISBN 978-85-472-2761-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Schreiber, Anderson

Manual de direito civil contemporâneo / Anderson Schreiber. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.


Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

0800-0117076

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

17-1523

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

CDU 347(81)

Vice-presidente Claudio Lensing

Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial

Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência

Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller

Editorial Roberto Navarro

Edição Iris Lopes Ferrão

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermino

Kelli Priscila Pinto

Manliia Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldrini Filogônio

Diagramação e revisão Fabricando Ideias Design Gráfico

Comunicação e MKT Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 27-12-2017

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604367 CAE 624035

112-114/15

Índice



<i>Apresentação</i>	5
---------------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1 – Direito Civil e Ordenamento Jurídico

1. Unidade da ordem jurídica	45
2. Ramos do direito	45
3. Utilidade dos ramos do direito.....	46
4. O que é o direito civil?.....	47
5. Direito civil e liberalismo	47
6. As grandes codificações.....	48
7. A influência das grandes codificações na América Latina	49
8. Raízes do direito civil brasileiro	50
9. Intervenção do Estado e leis especiais	52
10. Constituição de 1988.....	52
11. Direito civil-constitucional.....	53
12. Código Civil de 2002.....	55
13. Alguns equívocos do Código Civil	56
14. Futuro do direito civil	57
15. Funcionalização dos institutos jurídicos	57
16. O papel do civilista	58

CAPÍTULO 2 – A Norma Jurídica

1. Fontes do direito.....	61
2. Pluralidade de fontes normativas	63
3. Vigência da lei	63
4. Vigência da lei no espaço	64
5. Eleição da lei aplicável nos negócios jurídicos	66

6. Vigência da lei no tempo	67
7. Revogação, ab-rogação e derrogação	67
8. Repristinação	67
9. Irretroatividade da lei	68
10. Proteção ao direito adquirido (Gabba)	68
11. A teoria objetiva de Roubier	69
12. Direito transitório no Brasil	69
13. Sacralização do direito adquirido	70
14. De volta à irretroatividade da lei	71

CAPÍTULO 3 – Interpretação da Norma Jurídica

1. Interpretação das normas jurídicas	73
2. <i>In claris fit interpretatio</i>	74
3. Escola da Exegese	74
4. Escola Histórica	74
5. Pandectística	75
6. Escola do Direito Livre	75
7. Uso alternativo do direito e o chamado direito alternativo	76
8. A interpretação hoje	77
9. Elementos de interpretação	77
10. Integração do direito	79
11. Analogia <i>legis</i>	80
12. Costume	81
13. Princípios gerais do direito (analogia <i>iuris</i>)	81
14. Integração-interpretação-aplicação como processo unitário	82

CAPÍTULO 4 – A Relação Jurídica

1. Relação jurídica	85
2. Situações jurídicas subjetivas	86
3. Direito subjetivo: apogeu e crise	87
4. Dever jurídico	89
5. Direito potestativo	89
6. Faculdade jurídica	90
7. Poder jurídico	90
8. Interesse legítimo	91
9. Ônus	92

10. Pretensão	93
11. Estado pessoal (<i>status</i>)	93
12. De volta à relação jurídica	94
13. Elementos da relação jurídica	94
14. O problema do sujeito da relação jurídica.....	95

CAPÍTULO 5 – A Pessoa Humana

1. Pessoa humana	97
2. Distinção em relação às pessoas jurídicas	98
3. Personalidade em sentido subjetivo	98
4. Personalidade em sentido objetivo	99
5. Início da personalidade	99
6. Tutela dos interesses do nascituro.....	99
7. Proteção jurídica dos embriões	101
8. A questão do aborto.....	102
9. Aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54).....	103
10. O chamado direito de não nascer.....	104
11. Capacidade	106
12. Capacidade de direito.....	106
13. Capacidade de fato	107
14. Incapacidade absoluta × relativa.....	108
15. Incapacidade × falta de legitimação.....	108
16. Releitura das incapacidades	108
17. Interdição	110
18. Emancipação.....	110
19. Estatuto da Pessoa com Deficiência	111
20. Tomada de decisão apoiada	112
21. De volta ao Estatuto da Pessoa com Deficiência	116
22. Fim da personalidade	117
23. Eutanásia	117
24. Testamento biológico	118
25. Comoriência.....	120
26. Morte civil × morte presumida.....	121
27. Ausência	121
28. Fases da ausência	122
29. Efeitos existenciais da ausência	123

30. Retorno do ausente ou desaparecido.....	124
---	-----

CAPÍTULO 6 – Direitos da Personalidade

1. Dignidade da pessoa humana	127
2. Autonomia existencial	129
3. O lançamento de anão	130
4. Direitos da personalidade	132
5. Características dos direitos da personalidade	133
6. Autolimitação aos direitos da personalidade	134
7. Direitos da personalidade no Código Civil de 2002	135
8. Direito ao próprio corpo.....	136
9. Mercado humano	137
10. O caso Moore	138
11. Exigência médica.....	139
12. Cirurgias de transgenitalização.....	139
13. <i>Wannabes</i>	140
14. Consentimento informado	141
15. Direito à privacidade	141
16. Direito ao esquecimento.....	143
17. Direito ao nome	144
18. Direito à identidade pessoal	145
19. Direito à honra.....	146
20. Direito de sátira	147
21. Direito à imagem.....	148
22. A questão das biografias.....	149
23. Instrumentos de tutela da personalidade.....	151
24. Tutela <i>post mortem</i> da personalidade	152
25. A marcha infinita da personalidade.....	153

CAPÍTULO 7 – A Pessoa Jurídica

1. Conceito	155
2. Natureza jurídica.....	156
3. Personificação do ente coletivo.....	158
4. Direitos da personalidade da pessoa jurídica: crítica	158
5. Função social da empresa.....	158
6. Classificação.....	159

7. Sociedades.....	160
8. EIRELIs.....	160
9. Associações	161
9.1. Início e extinção das associações	162
9.2. Associações na jurisprudência	163
10. Fundações	165
10.1. Início e extinção das fundações	166
11. Desconsideração da personalidade jurídica	166
12. Entes não personalizados.....	169

CAPÍTULO 8 – Domicílio

1. Conceito.....	171
2. Importância.....	172
3. Indeclinabilidade.....	173
4. Pluralidade de domicílios	173
5. Mudança de domicílio.....	173
6. Domicílio da pessoa jurídica.....	174
7. Espécies de domicílio.....	174
7.1. Domicílio civil × político	174
7.2. Domicílio profissional.....	175
7.3. Domicílio voluntário × necessário (e legal).....	175
7.4. Domicílio geral × especial	176
8. Domicílio em uma leitura civil-constitucional	177

CAPÍTULO 9 – Bens

1. Bens ou coisas.....	179
2. Tendências atuais	181
3. Direito dos animais	181
4. Os bens no Código Civil de 2002.....	183
5. Bens móveis e imóveis.....	183
6. Definição de bens imóveis.....	184
7. Definição de bens móveis.....	185
8. Bens fungíveis e infungíveis	185
9. Infungibilidade dos bens imóveis.....	186
10. Efeitos da distinção	187
11. Bens consumíveis e inconsumíveis	187

12. Efeitos da distinção	188
13. Bens divisíveis e indivisíveis	188
14. Bens singulares e coletivos.....	189
15. Patrimônio.....	190
16. Bens principais e acessórios	191
17. Princípio da gravitação jurídica	192
18. Frutos e produtos	192
19. Benfeitorias	193
20. O problema das pertenças.....	194
21. Bens públicos	196
22. Bem de família	197
23. Evolução jurisprudencial do bem de família	199
24. Bem de família e <i>venire contra factum proprium</i>	201

CAPÍTULO 10 – Fato Jurídico

1. Fato jurídico	203
2. Crítica	204
3. Classificação dos fatos jurídicos	205
4. Fatos lícitos e ilícitos	205
5. Fatos lícitos.....	205
6. Ato jurídico em sentido estrito	207
7. Teoria do ato-fato	208
8. Análise funcional dos atos lícitos.....	209
9. Ato ilícito.....	209
10. Excludentes de ilicitude	210
11. Abuso do direito.....	211
12. Abuso do direito e boa-fé objetiva	211
13. Concepção objetiva do abuso do direito	212
14. Exemplos de aplicação jurisprudencial do abuso de direito	213
15. Ato abusivo × ato ilícito	214
16. Sistematização da teoria	216
17. Juízo de merecimento de tutela	216

CAPÍTULO 11 – Negócio Jurídico

1. Negócio jurídico	217
2. Crítica ao negócio jurídico	218

3.	A nova autonomia privada	220
4.	Três planos do negócio jurídico	222
5.	Plano de existência	222
6.	Plano de validade	223
6.1.	A forma do negócio jurídico	223
6.2.	Liberalidade das formas	224
6.3.	Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	225
6.4.	Forma × formalismo	225
6.5.	Causa do negócio jurídico	226
7.	Plano de eficácia	228
7.1.	Modalidades do negócio jurídico	228
7.2.	Condição	229
7.3.	Condição suspensiva × resolutiva	229
7.4.	Condição puramente potestativa	230
7.5.	Condição simplesmente potestativa	231
7.6.	Condição perplexa	231
7.7.	Condição impossível	232
7.8.	Termo	232
7.9.	Efeitos do termo	233
7.10.	Distinção entre termo e condição	233
7.11.	Encargo	234
7.12.	Efeitos do encargo	235
8.	Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	235
9.	Interpretação do negócio jurídico	235
10.	Representação	238
10.1.	Procuratio	238
10.2.	Contemplatio domini	239
10.3.	Representação × interposição	239
10.4.	Representação sem mandato	240
10.5.	Conflito de interesses	240
10.6.	Representante aparente	242

CAPÍTULO 12 – Defeitos do Negócio Jurídico

1.	Defeitos do negócio jurídico	243
2.	Erro	244
2.1.	Erro substancial	244

2.2.	Erro incidental	245
2.3.	Erro escusável	245
2.4.	Erro perceptível	246
2.5.	Perceptibilidade × escusabilidade do erro	247
2.6.	Erro de direito	248
2.7.	Exemplo de erro de direito	249
2.8.	Erro sobre motivo	249
2.9.	Teoria da pressuposição	250
2.10.	Conservação do negócio anulável por erro	252
3.	Dolo	253
3.1.	Dolo principal × dolo incidental	253
3.2.	<i>Dolus bonus</i>	253
3.3.	Dolo por omissão	254
3.4.	Dolo recíproco	254
4.	Coação	254
4.1.	<i>Vis compulsiva</i> × <i>vis absoluta</i>	255
4.2.	Avaliação da ameaça	255
4.3.	Supressão da equivalência do dano	255
5.	Lesão	256
5.1.	Elemento objetivo da lesão: desequilíbrio entre as prestações	258
5.2.	Elemento subjetivo da lesão: necessidade ou inexperiência .	259
5.3.	Lesão e princípio do equilíbrio contratual	260
5.4.	Conservação do negócio jurídico	261
5.5.	Lesão e Código de Defesa do Consumidor	261
6.	Estado de perigo	262
6.1.	Elemento objetivo do estado de perigo: obrigação excessi- vamente onerosa	262
6.2.	Elemento subjetivo do estado de perigo: conhecida necessi- dade de salvar-se	263
6.3.	Conservação do negócio jurídico celebrado em estado de perigo	264
7.	Fraude contra credores	264
7.1.	<i>Eventus damni e consilium fraudis</i>	265
7.2.	Transmissão gratuita	265
7.3.	Transmissão onerosa	265
7.4.	Fraude contra credores × outras espécies de fraude	266
7.5.	Efeitos da fraude contra credores	266

8. Ainda sobre os defeitos do negócio jurídico.....	267
---	-----

CAPÍTULO 13 – Invalidade do Negócio Jurídico

1. Invalidade do negócio jurídico.....	269
2. Distinção entre nulidade e anulabilidade	269
3. Causas de nulidade	271
4. Simulação	271
4.1. Elementos da simulação	272
4.2. Simulação inocente.....	272
4.3. Simulação absoluta × relativa (dissimulação).....	273
4.4. Preservação do negócio jurídico dissimulado.....	273
4.5. Hipóteses de simulação	273
4.6. Alegação por quem simula.....	274
4.7. Terceiros de boa-fé.....	274
4.8. Exemplo jurisprudencial de simulação.....	275
5. Princípio da conservação dos negócios jurídicos	275
6. Conversão do negócio jurídico.....	276
7. Exemplos de conversão do negócio jurídico.....	276
8. Conversão substancial × formal	277
9. Conversão legal	278
10. Crítica aos requisitos da conversão.....	278
11. Redução do negócio jurídico.....	278
12. Atenuação dos rigores da nulidade diante do comportamento das partes	279
13. Necessidade de revisão crítica da teoria das nulidades	281
14. Teoria da inexistência	281
15. Crítica à teoria da inexistência	282
16. Negócios jurídicos inexistentes na jurisprudência.....	283

CAPÍTULO 14 – Prescrição e Decadência

1. Prescrição e decadência	285
2. Prescrição aquisitiva	286
3. Prescrição extintiva: três correntes.....	286
4. Conceito de prescrição	288
5. Duplo fundamento.....	288
6. Interrupção da prescrição	289

7. Taxatividade das causas de interrupção.....	290
8. Reinício do prazo	291
9. “Uma única vez”	291
10. Pretensões contra a Fazenda Pública	292
11. Impedimento e suspensão da prescrição	293
12. Taxatividade das causas de impedimento e suspensão.....	294
13. Ausência de pretensão	294
14. Inalterabilidade dos prazos prescricionais.....	294
15. Reconhecimento <i>ex officio</i>	295
16. Renúncia à prescrição	296
17. Termo inicial dos prazos prescricionais.....	297
18. Prazos prescricionais	297
19. Pretensões imprescritíveis.....	298
20. Prescrição e danos morais	299
21. Decadência	300
22. Fatalidade do prazo decadencial.....	301
23. Irrenunciabilidade e inalterabilidade do prazo decadencial	302
24. Reconhecimento <i>ex officio</i>	302
25. Decadência convencional	302
26. Prazos de decadência.....	303
27. Legislação especial.....	303
28. Uma provocação final: a extinção de direitos antes do prazo e o exercício de direitos após o prazo	304

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 15 – Obrigações

1. Direito das obrigações	309
2. Conceito de obrigação	309
3. Relação obrigacional	310
4. Fonte das obrigações.....	310
5. Elementos da obrigação.....	311
6. Função da obrigação.....	312
7. Patrimonialidade da obrigação	312
8. Débito e responsabilidade.....	313
9. Obrigação natural.....	313

10. Modalidades de obrigações	314
10.1. Obrigação de dar	315
10.1.1. Obrigação de dar coisa certa	315
10.1.2. Obrigação de dar coisa incerta	316
10.2. Obrigação de fazer	316
10.3. Obrigação de não fazer	317
11. Obrigações cumulativas e alternativas	318
12. Escolha, concentração e especificação.....	319
13. Obrigação facultativa ou com faculdade de substituição	319
14. Obrigações com pluralidade de sujeitos.....	320
15. Obrigações indivisíveis	321
16. Obrigações solidárias.....	321
17. Solidariedade legal.....	322
18. Solidariedade convencional	323
19. Solidariedade ativa e passiva.....	323
20. Natureza jurídica da solidariedade.....	324
21. Renúncia à solidariedade	325
22. Transmissão das obrigações	326
23. Cessão de crédito e assunção de dívida	327
24. Eficácia da cessão de crédito	327
25. Cessão <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	328
26. Assunção de dívida.....	328
27. Assunção por expromissão e por delegação	329
28. Adjunção ou adesão à dívida.....	329
29. Cessão de posição contratual.....	330
30. Obrigações intransmissíveis	331
31. Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	331

CAPÍTULO 16 – Adimplemento das Obrigações

1. Adimplemento das obrigações.....	333
2. Tríplice transformação do adimplemento	334
3. Requisitos do pagamento.....	335
3.1. Quem deve pagar	335
3.2. A quem se deve pagar.....	335
3.3. Objeto do pagamento.....	336
3.4. Lugar do pagamento.....	336

3.5. Tempo do pagamento.....	336
4. Prova do pagamento: quitação.....	337
5. Presunção de pagamento.....	338
6. Modalidades indiretas de pagamento.....	338
6.1. Pagamento em consignação.....	338
6.2. Pagamento com sub-rogação.....	339
6.3. Imputação do pagamento.....	339
6.4. Dação em pagamento.....	340
7. Modos de extinção da obrigação diversos do adimplemento.....	341
7.1. Novação.....	341
7.2. Compensação.....	342
7.3. Confusão.....	344
7.4. Remissão de dívida.....	345

CAPÍTULO 17 – Inadimplemento das Obrigações

1. Inadimplemento.....	347
2. Inadimplemento absoluto × mora.....	348
3. Mora.....	349
4. Requisitos da mora do devedor.....	350
5. Requisitos da mora do credor.....	350
6. Mora <i>ex re</i>	351
7. Mora <i>ex persona</i>	352
8. Mora em obrigações negativas.....	352
9. Purga ≠ cessação da mora.....	353
10. Inadimplemento antecipado.....	353
11. Efeitos do inadimplemento antecipado.....	355
12. Violação positiva do contrato.....	356
13. Teoria do adimplemento substancial.....	358
14. Crítica à avaliação matemática do adimplemento substancial.....	359

CAPÍTULO 18 – Efeitos do Inadimplemento

1. Efeitos do inadimplemento relativo (mora).....	363
2. Efeitos do inadimplemento absoluto.....	364
3. Perdas e danos.....	364
3.1. Dano emergente.....	365

3.2.	Lucros cessantes.....	365
3.3.	Interesse contratual positivo e negativo	366
3.4.	Caráter subsidiário das perdas e danos	366
3.5.	Dano moral decorrente de inadimplemento	367
4.	Juros moratórios	367
4.1.	Taxa legal de juros	368
4.2.	SELIC × CTN.....	369
4.3.	Desnecessidade de alegação de prejuízo	372
4.4.	Termo inicial dos juros moratórios.....	372
5.	Correção monetária.....	373
6.	Cláusula penal	373
6.1.	Obrigação acessória.....	375
6.2.	Cláusula penal compensatória × moratória	375
6.3.	Valor da cláusula penal.....	376
6.4.	Desnecessidade de alegação do prejuízo.....	377
6.5.	Indenização suplementar	377
6.6.	Redução equitativa da cláusula penal	378
7.	Arras	379
7.1.	Arras confirmatórias × penitenciais	380
7.2.	Pacto acessório e real.....	381
7.3.	Distinção entre arras penitenciais e cláusula penal.....	381
7.4.	Arras penitenciais e direito do consumidor	382

CAPÍTULO 19 – Enriquecimento sem Causa

1.	Pagamento indevido	383
2.	<i>Indebitum ex re × indebitum ex persona</i>	384
3.	Pagamento indevido e entrega de imóvel.....	385
4.	Pagamento indevido e dívida condicional.....	385
5.	Pagamento indevido e obrigação natural.....	385
6.	Pagamento indevido para fim ilícito.....	386
7.	Enriquecimento sem causa.....	386
8.	Requisitos do enriquecimento sem causa	388
9.	Justa causa.....	389
10.	Caráter subsidiário da <i>actio in rem verso</i>	390
11.	Teoria do duplo limite	391
12.	Lucro da intervenção	391

CAPÍTULO 20 – Contratos: Noções Gerais

1. Contrato: origens.....	393
2. Consensualismo.....	394
3. O contrato no liberalismo jurídico	396
4. A morte do contrato?	397
5. O contrato no direito contemporâneo.....	400
6. Princípios tradicionais do direito dos contratos.....	402
7. Novos princípios do direito dos contratos.....	404
7.1. Boa-fé objetiva.....	405
7.1.1. Superutilização da boa-fé	406
7.1.2. <i>Venire contra factum proprium</i>	407
7.1.3. <i>Verwirkung</i> ou <i>suppressio</i>	408
7.2. Função social do contrato.....	409
7.3. Equilíbrio contratual	413
8. O contrato-fato.....	415
9. Classificação dos contratos	417
9.1. Contratos bilaterais e unilaterais.....	417
9.2. Contratos onerosos e gratuitos	419
9.3. Contratos comutativos e aleatórios	419
9.4. Contratos formais e informais	421
9.5. Contratos consensuais e reais	422
9.6. Contratos típicos e atípicos	424
9.7. Contratos de execução instantânea, diferida e continuada ...	424
9.8. Contratos relacionais e contratos cativos de longa duração .	426
9.9. Contratos preliminares e definitivos.....	427
9.10. Contratos de adesão e contratos paritários	428
9.11. As chamadas condições contratuais gerais	430
9.12. Contratos principais e acessórios	432
9.13. Contratos coligados e redes contratuais	433
9.14. Contratos incompletos	434
9.15. Contratos eletrônicos	435
9.16. A alegada distinção entre contratos civis e contratos de consumo.....	438
9.17. A alegada distinção entre contratos civis e contratos empresariais	441

CAPÍTULO 21 – Formação e Interpretação dos Contratos

1. A formação do contrato no direito brasileiro.....	443
2. A proposta.....	445
3. Retratação e aditamento da proposta.....	446
4. Oferta ao público.....	447
5. <i>Invitatio ad offerendum</i>	448
6. A aceitação.....	448
7. Momento de formação do contrato.....	449
8. Lugar do contrato.....	451
9. A escolha da lei aplicável ao contrato.....	452
10. Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual.....	454
11. Um caso emblemático: o caso dos tomates.....	455
12. Carta de intenções e memorando de entendimentos.....	457
13. Acordos de confidencialidade.....	457
14. Contrato preliminar ou pré-contrato.....	459
15. Execução específica do contrato preliminar.....	460
16. Estipulação em favor de terceiro e promessa de fato de terceiro ...	461
17. Contrato com pessoa a declarar.....	462
18. Tutela externa do crédito.....	463
19. Interpretação dos contratos.....	466

CAPÍTULO 22 – Extinção dos Contratos

1. Extinção dos contratos.....	469
2. Resilição e resolução.....	470
3. Resilição bilateral: distrato.....	470
4. Resilição unilateral.....	471
5. Resilição unilateral convencional.....	472
6. Denúncia.....	473
7. Suspensão de eficácia da denúncia.....	473
8. Resolução.....	473
9. Cláusula resolutiva tácita ou expressa.....	474
10. Controle do exercício do direito de resolução.....	475
11. Resolução contratual por onerosidade excessiva.....	476
11.1. Antecedentes teóricos.....	477
11.1.1. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	477

11.1.2.	Teoria da pressuposição	478
11.1.3.	Teorias da base do negócio	479
11.1.4.	Teoria da imprevisão	481
11.1.5.	<i>Doctrine of frustration</i>	482
11.1.6.	Teoria da excessiva onerosidade	484
11.2.	Desequilíbrio contratual superveniente no direito brasileiro	485
11.3.	Requisitos	486
11.3.1.	Contratos de execução continuada ou diferida.....	487
11.3.2.	Onerosidade excessiva	487
11.3.3.	Extrema vantagem.....	488
11.3.4.	Fatos imprevisíveis e extraordinários	490
11.4.	Efeitos.....	494
11.4.1.	Resolução do contrato	494
11.4.2.	Revisão judicial do contrato	496
11.5.	Dever de renegociar	497
12.	Frustração do fim do contrato	498
13.	Exceção do contrato não cumprido.....	499
14.	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	500
15.	Exceção de insegurança	500
16.	Vícios redibitórios	501
17.	Evicção.....	503
18.	Responsabilidade pós-contratual	504

CAPÍTULO 23 – Contratos em Espécie

1.	Contratos em espécie	508
2.	Qualificação contratual.....	508
3.	Compra e venda	509
3.1.	Elementos da compra e venda	510
3.2.	Classificação	512
3.3.	Efeito obrigacional da compra e venda	512
3.4.	Invalidade da compra e venda	513
3.5.	Compra e venda <i>ad corpus</i> × <i>ad mensuram</i>	513
3.6.	Pactos adjetos à compra e venda	514
3.6.1.	Retrovenda	514
3.6.2.	Venda a contento ou sujeita a prova.....	515
3.6.3.	Preempção ou preferência	516

3.6.4.	Venda com reserva de domínio	518
3.6.5.	Venda sobre documentos.....	518
3.7.	Compra e venda internacional de mercadorias	519
4.	Doação	521
4.1.	Objeto da doação	522
4.2.	<i>Animus donandi</i>	523
4.3.	Forma escrita.....	523
4.4.	Classificação.....	523
4.5.	Espécies de doação	524
4.6.	Invalidade das doações.....	525
4.7.	Revogação da doação.....	526
4.8.	Promessa de doação	528
5.	Locação.....	529
5.1.	Características.....	530
5.2.	Locações especiais	530
5.3.	Disciplina geral da locação	531
5.3.1.	Elementos da locação	531
5.3.2.	Efeitos.....	532
5.3.3.	Extinção	532
5.4.	Locação de imóveis urbanos	532
5.4.1.	Características	533
5.4.2.	Elementos	534
5.4.3.	Efeitos	534
5.4.4.	Fiança e outras garantias	535
5.4.5.	Cessão e sublocação	537
5.4.6.	<i>Shopping center</i>	537
5.4.7.	Extinção	539
6.	<i>Leasing</i>	539
7.	Comodato.....	541
7.1.	Características.....	542
7.2.	Elementos	543
7.3.	Efeitos	543
7.4.	Extinção	544
8.	Mútuo.....	544
8.1.	Características.....	545
8.2.	Elementos	546

8.3.	Efeitos	547
8.4.	Mútuo de dinheiro.....	548
8.5.	Extinção	550
9.	Prestação de serviços	551
9.1.	Características	552
9.2.	Elementos	553
9.3.	Tutela externa do crédito	553
9.4.	Extinção	555
10.	Empreitada.....	555
10.1.	Elementos	556
10.2.	Características	557
10.3.	Efeitos	557
10.4.	Variação de preços e risco do empreiteiro	558
10.5.	Extinção × suspensão	559
10.6.	Responsabilidade do empreiteiro.....	560
10.7.	Proteção do autor do projeto.....	560
11.	Depósito	561
11.1.	Espécies de depósito	562
11.2.	Efeitos.....	562
11.3.	Direito de retenção	563
11.4.	Uso da coisa depositada	564
11.5.	Extinção	564
11.6.	Prisão civil do depositário infiel	564
12.	Mandato	566
12.1.	Elementos	567
12.2.	Características	568
12.3.	Procuração.....	568
12.4.	Conflito de interesses	569
12.5.	Espécies de mandato.....	570
12.6.	Efeitos do mandato.....	571
12.7.	Atuação <i>ultra vires mandati</i>	571
12.8.	Abuso de poder do mandatário.....	572
12.9.	Substabelecimento.....	572
12.10.	Extinção do mandato	573
12.11.	Procuração em causa própria.....	574
12.12.	Mandato judicial.....	574

13. Comissão	576
13.1. Elementos	577
13.2. Características	577
13.3. Efeitos da comissão	578
13.4. Cláusula <i>del credere</i>	578
13.5. Extinção	578
14. Agência	579
14.1. Elementos	580
14.2. Características	582
14.3. Efeitos.....	582
14.4. Extinção	582
15. Distribuição.....	584
15.1. Distribuição e concessão mercantil	585
16. Corretagem	585
16.1. Elementos	586
16.2. Características	586
16.3. Efeitos.....	587
16.4. Extinção	588
16.5. O problema do registro do corretor.....	588
17. Transporte	589
17.1. Elementos	590
17.2. Características	591
17.3. Efeitos.....	592
17.3.1. Transporte de pessoas	592
17.3.2. Transporte de coisas	594
17.4. Responsabilidade civil do transportador aéreo	594
17.5. Transporte cumulativo.....	595
17.6. Extinção	596
18. Seguro.....	597
18.1. Espécies.....	597
18.2. Elementos	597
18.3. Características	598
18.4. Efeitos.....	599
18.5. Efeitos sobre terceiros	600
18.6. A boa-fé no contrato de seguro	601
18.7. Cláusula perfil.....	602
18.8. Seguro de vida do companheiro.....	603

18.9. A questão do suicídio no seguro de vida.....	604
18.10. Cosseguro e resseguro	605
18.11. Extinção do contrato de seguro.....	605
19. Fiança	606
19.1. Elementos	606
19.2. Características	607
19.3. Efeitos.....	607
19.4. Benefício de ordem ou excussão.....	608
19.5. Benefício de divisão	608
19.6. Outorga uxória ou marital para fiança.....	608
19.7. Sub-rogação do fiador.....	609
19.8. Responsabilidade do fiador na prorrogação do contrato de locação.....	609
19.9. Penhorabilidade do imóvel do fiador	609
19.10. Extinção	610
20. Transação.....	611
21. Compromisso.....	612

CAPÍTULO 24 – Responsabilidade Civil

1. Responsabilidade por ato ilícito ou responsabilidade subjetiva	613
2. Análise dos elementos do ato ilícito	614
3. Culpa	615
3.1. Da culpa psicológica à culpa normativa	615
3.2. Irrelevância dos graus de culpa.....	615
3.3. Culpa desproporcional: parágrafo único do art. 944.....	616
3.4. Responsabilidade objetiva ou sem culpa.....	616
3.5. Responsabilidade objetiva no Brasil.....	618
3.6. Cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco.....	619
4. Dano.....	621
4.1. Certeza e atualidade do dano	622
4.2. Espécies de dano.....	622
4.3. Dano patrimonial.....	622
4.4. Perda da chance.....	624
4.5. Dano moral.....	626
4.6. Um caso emblemático	626
4.7. O chamado dano moral <i>in re ipsa</i>	627

4.8.	Quantificação do dano moral.....	629
4.9.	<i>Punitive damages</i>	630
4.10.	Dano moral à pessoa jurídica.....	631
4.11.	O chamado dano moral coletivo.....	633
5.	Nexo de causalidade.....	635
5.1.	Teoria da causa direta e imediata	636
5.2.	Subteoria da necessariedade causal	636
5.3.	A flexibilização do nexo causal.....	637
5.4.	Teoria da causalidade alternativa	638
5.5.	Excludentes de causalidade	639
6.	Erosão dos filtros da reparação.....	640
7.	Dever de reparar	641
8.	Reparação não pecuniária dos danos morais.....	641
8.1.	Retratação pública	642
8.2.	Retratação privada	643
8.3.	Outros meios não pecuniários de reparação.....	645
9.	Responsabilidade contratual × extracontratual.....	647
10.	Responsabilidade civil do Estado	648

CAPÍTULO 25 – Direito do Consumidor

1.	Direito do consumidor.....	651
2.	Relação de consumo.....	652
3.	Fornecedor	652
4.	Consumidor	653
5.	Consumidor por equiparação.....	654
6.	Direitos básicos do consumidor	655
7.	Proteção à saúde e segurança do consumidor.....	655
8.	Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço.....	656
9.	Dicotomia entre fato e vício do produto ou serviço.....	658
10.	Riscos de desenvolvimento.....	659
11.	Desconsideração da personalidade jurídica	660
12.	Proteção contratual do consumidor.....	661

CAPÍTULO 26 – Atos Unilaterais e Preferências Creditórias

1.	Conceito de atos unilaterais.....	663
----	-----------------------------------	-----

2.	Promessa de recompensa	664
2.1.	Espécies.....	664
2.2.	Requisitos	664
2.3.	Revogabilidade.....	665
2.4.	Beneficiário da promessa.....	665
3.	Gestão de negócios.....	665
3.1.	Distinção entre gestão de negócios e mandato	666
3.2.	Natureza jurídica da gestão.....	666
4.	Preferências creditórias.....	667
4.1.	Privilégios	667
4.2.	Privilégios gerais e especiais	667
4.3.	Direitos reais de garantia.....	668
4.4.	Confronto entre preferências.....	668
4.5.	Por um novo tratamento da insolvência.....	670

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO 27 – Introdução aos Direitos Reais

1.	Direitos reais	673
2.	Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	674
3.	Crítica à distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	675
4.	A questão da tipicidade dos direitos reais	678
5.	Tipicidade × taxatividade.....	679
6.	Classificação dos direitos reais	680
7.	Aquisição de direitos reais	681

CAPÍTULO 28 – Posse

1.	O que é a posse	683
2.	Teorias da posse: Savigny × Ihering.....	684
3.	A posse no Código Civil brasileiro.....	687
4.	<i>Ius possidendi</i> × <i>ius possessionis</i>	688
5.	Autonomia da posse	689
6.	Função social da posse.....	690
7.	Natureza jurídica da posse.....	692
8.	Posse direta e indireta.....	693

9. Fâmulo da posse.....	693
10. Posse justa e injusta.....	694
11. Interversão da posse	694
12. Posse de boa-fé e de má-fé	695
13. Justo título.....	695
14. Crítica à expressão posse de má-fé.....	696
15. Comosse.....	697
16. Aquisição da posse.....	697
17. Constituto-possessório e cláusula <i>constituti</i>	698
18. Aquisição originária e derivada da posse	699
19. Atos de mera tolerância.....	699
20. Acessão de posse.....	699
21. Perda da posse.....	699
22. Efeitos da posse	700
22.1. Direito aos frutos	700
22.2. Direito à indenização e retenção de benfeitorias	701
22.3. Posse <i>ad usucapionem</i>	702
22.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	702
22.5. Interditos possessórios.....	703
22.5.1. Ação de manutenção de posse	704
22.5.2. Ação de reintegração de posse.....	704
22.5.3. Interdito proibitório	705
22.5.4. Procedimento especial ou ordinário.....	705
22.5.5. Fungibilidade das ações possessórias	706
22.5.6. Cumulação de pedidos	706
22.5.7. Caráter dúplice das ações possessórias.....	706
22.5.8. <i>Exceptio dominii</i>	706
22.5.9. Atualidade dos interditos possessórios	707
23. Posse de direitos.....	707
24. Posse de bens incorpóreos	708

CAPÍTULO 29 – Propriedade

1. Propriedade.....	709
2. Função social da propriedade.....	710
3. Pluralidade de estatutos proprietários	712
4. Função social da propriedade na Constituição brasileira	712

5.	Função social da propriedade no Código Civil	715
6.	A chamada expropriação judicial	716
6.1.	Natureza jurídica controvertida	716
6.2.	Aplicação prática	719
6.3.	Aplicabilidade a bens públicos	720
7.	Modos de aquisição da propriedade imóvel	720
7.1.	Usucapião de bem imóvel	721
7.1.1.	Fundamento	723
7.1.2.	Coisas usucapíveis	723
7.1.3.	Requisitos da usucapião	724
7.1.4.	Usucapião ordinária ≠ extraordinária	725
7.1.5.	Usucapião tabular	726
7.1.6.	Modalidades especiais de usucapião	726
7.1.7.	Usucapião extrajudicial	728
7.2.	Acessão	728
7.2.1.	Acessões ≠ benfeitorias	729
7.2.2.	Acessão invertida	730
7.3.	Aquisição pelo registro	731
7.3.1.	Sistema alemão	731
7.3.2.	Sistema francês	731
7.3.3.	Sistema brasileiro	732
7.3.4.	Princípios registrais	733
7.3.5.	Aspectos formais da transcrição	733
7.3.6.	Retificação, anulação e cancelamento do registro	734
8.	Modos de aquisição da propriedade móvel	735
8.1.	Ocupação	735
8.1.1.	Diferença entre ocupação e descoberta	735
8.2.	Achado do tesouro	736
8.3.	Especificação	736
8.4.	Confusão, comistão e adjunção	737
8.5.	Tradição	738
8.6.	Usucapião de bem móvel	738
9.	Perda da propriedade	738
10.	Limitações ao direito de propriedade	739
11.	Propriedade resolúvel	741
11.1.	Efeitos	741

11.2. Propriedade resolúvel ≠ propriedade <i>ad tempus</i>	742
12. Propriedade fiduciária	742
12.1. Negócio fiduciário ≠ negócio indireto	743
12.2. Usos da propriedade fiduciária	743
12.3. <i>Trust</i>	743
12.4. Alienação fiduciária em garantia	744

CAPÍTULO 30 – Direito de Vizinhança

1. Direito de vizinhança	745
2. Vizinhança ≠ contiguidade	746
3. Fundamento	746
4. Natureza jurídica	747
5. Disciplina do direito de vizinhança	747
6. Classificação dos direitos de vizinhança	748
7. Uso anormal da propriedade	748
7.1. Teoria da imissão corpórea	748
7.2. Teoria do uso normal	749
7.3. Teoria da necessidade	750
7.4. Teoria mista de San Tiago Dantas	750
7.5. Uso anormal no Código Civil de 2002	751
7.6. Exemplos jurisprudenciais	752
7.7. Instrumentos de tutela	753
8. Direitos especiais de vizinhança	754
9. O futuro do direito de vizinhança	756

CAPÍTULO 31 – Condomínio

1. Condomínio	757
2. Relações internas e externas	758
3. Natureza jurídica	758
4. Espécies de condomínio	759
5. Direitos dos condôminos	759
6. Direito de divisão	760
7. Renúncia à parte ideal	760
8. Deveres dos condôminos	761
9. Administração do condomínio	761

10. Extinção do condomínio.....	762
11. Condomínio forçado.....	762
12. Condomínio edilício.....	763
12.1. Utilidade social.....	763
12.2. Evolução legislativa.....	763
12.3. Natureza jurídica.....	764
12.4. Características.....	764
12.5. Constituição do condomínio edilício.....	765
12.6. Convenção de condomínio.....	766
12.7. Direitos do condômino no condomínio edilício.....	767
12.8. Deveres do condômino no condomínio edilício.....	767
12.9. Administração do condomínio edilício.....	769
12.10. Síndico.....	769
12.11. Direito de voto do locatário.....	770
12.12. Exclusão de condômino.....	770
12.13. Extinção do condomínio edilício.....	771
13. Condomínio de fato.....	772
14. Condomínios especiais.....	773
14.1. Multipropriedade imobiliária.....	773
14.2. <i>Flat service</i>	774
14.3. <i>Shopping center</i>	774
15. Condomínio <i>pro diviso</i>	774
16. Incorporação imobiliária.....	775

CAPÍTULO 32 – Direitos Reais sobre Coisa Alheia

1. <i>Jura in re aliena</i>	777
2. Direito de superfície.....	778
2.1. Dupla disciplina.....	778
2.2. Estatuto da Cidade ≠ Código Civil.....	779
3. Servidões.....	779
3.1. Servidões contínuas e descontínuas.....	780
3.2. Servidões aparentes e não aparentes.....	780
3.3. Constituição das servidões.....	780
3.4. Exercício das servidões.....	781
3.5. Extinção das servidões.....	781
3.6. Servidões legais.....	782

4. Usufruto	782
4.1. Objeto do usufruto	782
4.2. Direitos e deveres do usufrutuário	782
4.3. Extinção do usufruto.....	783
4.4. Usufruto legal	783
5. Uso	784
6. Habitação	784
7. Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente	785
8. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	785
9. Concessão de direito real de uso	787
10. Direito de laje.....	787
11. Direito do promitente comprador	790
11.1. Natureza jurídica	790
11.2. Promessa de compra e venda e hipoteca	791
12. Enfitese	792

CAPÍTULO 33 – Direitos Reais de Garantia

1. Direitos reais de garantia	793
2. Sequela e preferência	794
3. Publicidade e especialização.....	795
4. Indivisibilidade	796
5. Acessoriedade.....	796
6. Natureza jurídica: <i>jus in re aliena</i>	797
7. Espécies	798
7.1. Penhor	798
7.1.1. Espécies de penhor	799
7.1.2. Constituição e registro do penhor	799
7.1.3. Coisa móvel	799
7.1.4. Direitos do credor pignoratício	800
7.1.5. Pacto comissório ≠ pacto marciano	801
7.1.6. Crítica ao pacto marciano	801
7.1.7. Direito à venda antecipada.....	802
7.1.8. Deveres do credor pignoratício.....	803
7.1.9. Extinção do penhor	803
7.1.10. Modalidades especiais de penhor	805
7.1.10.1. Penhor rural: agrícola e pecuário.....	805

	7.1.10.2. Penhor industrial ou mercantil	806
	7.1.10.3. Cédula de crédito pignoratício.....	806
	7.1.10.4. Penhor de direitos	807
	7.1.10.5. Penhor de títulos de crédito	807
	7.1.10.6. Penhor de veículos.....	808
	7.1.10.7. Penhor legal.....	809
	7.1.10.8. Penhor de recebíveis.....	810
	7.1.11. Penhor sucessivo e subpenhor	811
7.2.	Hipoteca.....	811
	7.2.1. Constituição da hipoteca	812
	7.2.2. Acessoriedade	813
	7.2.3. Espécies.....	813
	7.2.4. Hipoteca de segundo grau	813
	7.2.5. Eficácia <i>erga omnes</i>	814
	7.2.6. Prazo da hipoteca	815
	7.2.7. Extinção da hipoteca	815
	7.2.8. Cédula hipotecária	816
	7.2.9. Hipoteca cedular.....	816
	7.2.10. Hipoteca legal	817
	7.2.11. Hipoteca judiciária	817
7.3.	Anticrese	818
7.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	819
	7.4.1. Natureza jurídica	819
	7.4.2. Desdobramento da posse.....	820
	7.4.3. Vedação ao pacto comissório.....	820
	7.4.4. Venda extrajudicial.....	821
	7.4.5. Prisão civil do fiduciante	821
	7.4.6. Alienação fiduciária de veículos.....	822

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 34 – Direito de Família

1.	A família	825
2.	O direito de família	827
3.	Princípios constitucionais da família	827
4.	Livre planejamento familiar	828

5. Paternidade responsável	829
6. Papel do Estado na família.....	830
7. Entidades familiares	830
7.1. Numerus apertus.....	830
7.2. Requisitos	831
7.3. Crítica.....	832
7.4. Famílias simultâneas	833
7.4.1. Uniões estáveis simultâneas.....	834
7.4.2. O problema do concubinato.....	836
7.4.3. Súmula STF 380.....	838
7.4.4. Inconstitucionalidade do art. 1.727.....	840
7.4.5. Companheiro de boa-fé.....	841
8. Parentesco	841
8.1. Efeitos do parentesco	842
8.2. Linhas e graus de parentesco	843
8.3. Afinidade	844
8.4. Cônjuge e companheiro	844
9. Direitos da criança e do adolescente.....	845
10. Um caso emblemático.....	847
11. Filiação.....	847
11.1. Presunção <i>pater is est</i>	848
11.2. Reconhecimento de filhos.....	850
11.2.1. Reconhecimento voluntário	850
11.2.2. Reconhecimento judicial.....	851
11.2.3. Exame de DNA	851
11.2.4. Relativização da coisa julgada	852
11.2.5. Paternidade socioafetiva.....	852
11.2.6. Multiparentalidade.....	853
11.2.7. Efeitos da multiparentalidade.....	854
11.2.8. Filiação assistida	857
11.2.8.1. Inseminação artificial homóloga	858
11.2.8.2. Inseminação artificial heteróloga	860
11.2.8.3. Gestação de substituição	862
11.3. Autoridade parental.....	863
11.3.1. Disciplina normativa.....	864
11.3.2. Titularidade da autoridade parental	864

11.3.3. Exercício da autoridade parental.....	866
11.3.4. Guarda	866
11.3.5. Guarda compartilhada.....	867
11.3.6. Extinção da autoridade parental.....	868
11.3.7. Suspensão da autoridade parental	868
11.3.8. Perda da autoridade parental.....	869
11.3.8.1. Castigo imoderado.....	869
11.3.8.2. Abandono do menor	870
11.3.8.3. Abandono afetivo.....	870
11.3.8.4. Alienação parental	871
11.4. Adoção	872
11.4.1. Origens.....	872
11.4.2. Disciplina normativa	873
11.4.3. Crítica à Lei n. 12.010/2009	875
11.4.4. Interesse do adotando	875
11.4.5. Concordância do adotando maior de 12 anos.....	876
11.4.6. Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando	876
11.4.7. Estágio de convivência	876
11.4.8. Processo judicial.....	877
11.4.9. Requisitos do adotante.....	877
11.4.10. Adoção por ascendentes	877
11.4.11. Adoção por casal homoafetivo.....	878
11.4.12. Caso Chicão.....	879
11.4.13. Adoção por divorciados.....	879
11.4.14. Efeitos da adoção.....	879
11.4.15. Plena equiparação entre filhos	880
11.4.16. Extinção do vínculo com a família original.....	880
11.4.17. Direito ao conhecimento da origem biológica	880
11.4.18. Mudança de nome	881
11.4.19. Adoção à brasileira	881
11.4.20. Adoção internacional	881

CAPÍTULO 35 – Casamento

1. Casamento	883
2. Casamento ≠ contrato	884

3. Natureza jurídica.....	885
4. Espécies de casamento.....	886
5. Paradigma da reserva familiar	887
6. Capacidade para o casamento	887
7. Impedimentos matrimoniais	888
8. Causas suspensivas do casamento.....	889
9. <i>Turbatio sanguinis</i>	890
10. Casamento inexistente.....	891
11. Casamento nulo.....	891
12. Casamento anulável	891
12.1. Erro essencial	892
13. Casamento putativo.....	893
14. Formação do casamento.....	893
15. Efeitos do casamento	894
16. Regime de bens.....	894
16.1. Regime legal supletivo.....	894
16.2. Mutabilidade.....	895
16.3. Pacto antenupcial	896
16.4. Regime da comunhão universal	897
16.4.1. Proventos do trabalho.....	897
16.4.2. Pensão previdenciária	898
16.5. Regime da comunhão parcial.....	898
16.6. Regime da separação de bens	899
16.7. Separação legal de bens	900
16.7.1. Súmula 377 do STF.....	900
16.7.2. Inconstitucionalidade.....	901
16.8. Regime de participação final nos aquestos.....	902
17. Dissolução do casamento	903
17.1. Fim da separação judicial	904
17.2. Divórcio	905
17.2.1. Divórcio extrajudicial.....	905
17.2.2. Divórcio e autoridade parental	906

CAPÍTULO 36 – União Estável e Outras Entidades Familiares

1. União estável	907
2. Características.....	908

3. Relações patrimoniais na união estável.....	909
4. Deveres dos companheiros	910
5. Uniões estáveis simultâneas	910
6. Extinção da união estável.....	912
7. Outras entidades familiares	912
8. União homoafetiva.....	913
9. Casamento civil homoafetivo	913

CAPÍTULO 37 – Alimentos, Tutela e Curatela

1. Alimentos	915
1.1. Espécies de alimentos	915
1.2. Possibilidade e necessidade	917
1.3. Proporcionalidade	917
1.4. Características dos alimentos.....	917
1.4.1. Irrepetibilidade	918
1.4.2. Irrenunciabilidade	919
1.5. Duração dos alimentos	919
1.6. Quantificação dos alimentos	920
1.7. Revisão dos alimentos.....	921
1.8. Prestação de contas.....	921
1.9. Cessação dos alimentos	922
1.10. Indignidade	922
2. Tutela e curatela	923
2.1. Tutela.....	923
2.1.1. Nomeação do tutor.....	924
2.1.2. Tutela testamentária.....	924
2.1.3. Tutela legítima.....	924
2.1.4. Tutela dativa.....	924
2.1.5. Tutor único para irmãos.....	925
2.1.6. Incapacidade para tutela.....	925
2.1.7. Escusa da tutela	925
2.1.8. Protutor	926
2.1.9. Exercício da tutela	926
2.1.10. Cessação da tutela	926
2.2. Curatela	927

2.2.1.	Posicionamento da matéria	927
2.2.2.	Distinção entre tutela e curatela	927
2.2.3.	Curatela do menor.....	928
2.2.4.	Interdição.....	928
2.2.5.	Limites da curatela	928
2.2.6.	Exercício da curatela	929
2.2.7.	Cessação da curatela e levantamento da interdição.	929

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 38 – Sucessões

1.	Direito hereditário.....	933
2.	Fundamento da heranç�.....	934
3.	Crítica � heranç�.....	934
4.	Espécies de sucessão	936
5.	Princípios do direito sucessório	936
6.	Heranç�	936
7.	Capacidade para suceder	937
7.1.	Comoriência	937
7.2.	Nascituros e concebidos	938
7.3.	Curador de ventre	938
7.4.	Prole <i>post mortem</i>	939
7.5.	Prole eventual	940
7.6.	Sucessora pessoa jurídica	940
7.7.	Ao tempo do �bito.....	941
8.	Abertura da sucessão	941
9.	<i>Droit de saisine</i>	941
10.	Aceitação da heranç�	942
11.	Aceitação direta e indireta	942
12.	Benefício de inventário	943
13.	Renúncia da heranç�.....	943
14.	Heranç� jacente	944
15.	Heranç� vacante.....	945
16.	Indignidade.....	945
17.	Deserdaç�o.....	947

CAPÍTULO 39 – Sucessão Legítima

1. Sucessão legítima	951
2. Herdeiros legítimos	951
3. Herdeiros necessários	952
4. Proteção da legítima	952
5. Cálculo da legítima	953
6. Redução das liberalidades	953
7. Colação	953
8. Modos de suceder	954
8.1. Sucessão <i>jure proprio</i>	954
8.2. Sucessão <i>jure representationis</i>	954
8.3. Sucessão <i>jure transmissionis</i>	955
9. Modos de partilhar a herança	955
10. Vocação hereditária	956
11. Sucessão do cônjuge.....	956
12. Sucessão do companheiro	958
13. Multiparentalidade	959

CAPÍTULO 40 – Sucessão Testamentária

1. Testamento	961
2. Testamento biológico	962
3. Diretivas antecipadas de vontade	963
4. Natureza jurídica do testamento	963
5. Capacidade para testar	965
6. Formalismo no testamento.....	965
7. Espécies de testamento	965
7.1. Testamento público	966
7.2. Testamento cerrado	966
7.3. Testamento particular	967
7.4. Testamento marítimo, aeronáutico e militar	968
7.5. Testamento nuncupativo	968
7.6. Codicilo.....	969
7.7. Legado	969
7.7.1. Liberalidade	969
7.7.2. Sucessão a título singular	970
7.7.3. Fonte testamentária	970

7.7.4.	Espécies de legado.....	971
7.7.5.	Pagamento do legado.....	971
7.7.6.	Extinção e caducidade do legado	972
8.	Disposições testamentárias	973
8.1.	Nomeação de herdeiro ou legatário	973
8.2.	Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade	974
9.	Interpretação do testamento	975
10.	Substituição testamentária	975
10.1.	Substituição ordinária	976
10.2.	Substituição recíproca	976
10.3.	Fideicomisso.....	977
10.4.	Conversão legal em usufruto	977
10.5.	Distinção em relação à deixa em favor de prole eventual	978
10.6.	Propriedade resolúvel do fiduciário.....	978
10.7.	Transmissão dos bens ao fideicomissário	979
10.8.	Fideicomissário ainda não concebido ao tempo da substituição	979
10.9.	Falecimento do fiduciário.....	980
10.10.	Falecimento do fideicomissário	980
10.11.	Caducidade do fideicomisso	980
10.12.	Fideicomisso <i>inter vivos</i> ?	981
11.	Direito de acrescer.....	981
12.	Testamenteiro.....	982
12.1.	Aceitação do testamenteiro	983
12.2.	Função indelegável.....	983
12.3.	Testamenteiro universal × particular	983
12.4.	Atribuições do testamenteiro	984
12.5.	Prêmio ou vintena	984
12.6.	Renúncia do testamenteiro.....	984
12.7.	Cessaçãõ da testamentaria.....	985
13.	Revogação do testamento.....	985
13.1.	Revogação expressa.....	985
13.2.	Revogação tácita	986
13.3.	Rompimento do testamento	986
13.4.	Caducidade do testamento.....	987
13.5.	Invalidade do testamento	987

13.6. Prazo para invalidação	987
------------------------------------	-----

CAPÍTULO 41 – Inventário e Partilha

1. Inventário	989
1.1. Inventário extrajudicial.....	989
1.2. Inventário judicial	990
1.3. Inventário negativo	990
1.4. Inventariante	990
1.4.1. Administração provisória da herança.....	990
1.4.2. Nomeação do inventariante	991
1.4.3. Atribuições do inventariante.....	991
1.4.4. Remoção do inventariante.....	991
1.5. Processamento do inventário.....	992
2. Partilha	992
2.1. Espécies de partilha.....	993
2.1.1. Partilha amigável.....	993
2.1.2. Partilha judicial.....	993
2.2. Partilha em vida	993
2.3. Anulação da partilha.....	994
2.4. Garantia dos quinhões hereditários	994
3. Sonegados	995
4. Petição de herança.....	995
 <i>Bibliografia</i>	 997